

“O problema não é o FMI, é a dívida”

Secretário do Tesouro responde as colocações de Lessa, que pede mudanças no acordo ^{pública}

Luciana Otoni
de Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou ontem que o Brasil possui um acordo “pioneiro” com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que o entrave ao maior crescimento da economia não são as condições impostas pelo Fundo, mas o tamanho da dívida líquida pública, que em maio atingiu o patamar de 53,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

“O problema não é o FMI. O problema é o tamanho da nossa dívida e o fato de o ano passado o mundo não ter aceitado continuar nos financiando, o que significa que agora temos que continuar fazendo as mesmas coisas com menos dinheiro no bolso”, disse Levy.

Ao considerar que o acordo stand by de empréstimo de 22,8 bilhões de Direitos Especiais de Saque (moeda escritural do FMI

equivalente US\$ 30,7 bilhões) é “pioneiro”, Levy fez um contraponto argumentando que o contrato do Fundo firmado com a Turquia tem 170 páginas enquanto que o do Brasil tem apenas uma.

Entre as condições impostas pelo FMI, consta a contabilização dos investimentos das estatais como despesas, restrição que tem limitado a atuação das empresas públicas e que levou o presidente do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, Carlos Lessa, a defender a flexibilização do acordo.

Levy informou que a missão do FMI, chefiada pelo argentino Jorge Márquez-Ruarte, mostrou-se confiante no crescimento do País durante visita feita à Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo o secretário, a manifestação de confiança é resultado dos efeitos da política monetária no controle da inflação e no empenho do governo

na aprovação das reformas da Previdência e Tributária e também da Lei de Falência. “Estamos cumprindo as metas e isto, obviamente, os satisfazem.”

Ao ser indagado sobre a possibilidade de o governo federal renovar o empréstimo, o secretário foi cauteloso, mas sinalizou que a iniciativa pode ser vantajosa. “A ponderação sobre a conveniência de continuarmos com o Fundo é interessante”, comentou.

Retomada do crescimento

Dentro de 45 dias, o governo federal anunciará novas medidas de estímulo à economia. A informação, inicialmente divulgada pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, foi reforçada pelo secretário Levy.

Ele disse que o aumento dos gastos por parte dos ministérios, a

ampliação das despesas não-obrigatórias no montante de R\$ 503 milhões em junho e a antecipação da restituição do Imposto de Renda fazem parte de um “miniimpulso fiscal” que ajuda a fortalecer a economia. (Ver página A-4)

Na defesa das políticas monetária e fiscal restritivas, Levy argumentou que a desaceleração do nível de atividade era inevitável.

“O que agente não deve é imaginar que se a política (econômica) fosse outra, a parte que incomoda mais, que é esta desaceleração que tivemos agora, teria sido evitada. Muito provavelmente não”, disse.

“Quando há um choque grande, a economia se desacelera e precisa ser rearrumada. A única coisa é que estaríamos fazendo isto em uma situação muito mais adversa de inflação, de renda real caindo ainda mais, além do que está caindo” complementou.